

Coluna do Castelo

Só o êxito recompõe a força do governo

O Congresso demonstrou mais uma vez ser o local adequado para a negociação. O governo, que não emergiu de um partido nem se ajustou à sua base de emergência, está cada vez mais condicionado a compor-se com maiorias eventuais para efetivar seus projetos. A vocação para aderir, tão contraditória entre políticos, não se concretiza sem estímulos específicos. Nesse tema os teóricos continuam a ser Roberto Cardoso Alves e São Francisco de Assis. É dando que se recebe.

Como o presidente da República não quer fazer essa política, ele tem de sofrer as injunções das forças representadas no Congresso Nacional. Nem sempre ou quase nunca organizadas nos partidos políticos registrados. Por trás das siglas dá apenas para perceber as influências que produzem as decisões. Desde a influência de interesses até a influência de idéias, ditas influências ideológicas.

Os partidos não definem nem comandam. Mais uma vez ficou também demonstrado que os principais deles, PMDB e PFL, oferecem a massa crítica para a negociação e a composição em torno de projetos que ajustem a legislação às inspirações dominantes. Por isto mesmo, não há muito como encaminhar pactos formais, que vêm sendo tentados desde o governo Sarney. Quem tem credenciais para sentar-se à mesa não responde pelo comportamento das suas bases. Nem governo, nem oposição, nem esse, nem aquele partido.

Não havendo partidos consistentes nem governo oriundo de um movimento organizado, a solução é conviver com a instabilidade e encontrar a cada momento um *modus vivendi* que permita ao país ir andando. Mas uma coisa também é historicamente observável. Quando as políticas de governo obtêm resultados, maior é a possibilidade de que suas propostas se imponham aos políticos e, em consequência, à sua representação parlamentar. O governo Collor, que viveu momentos de tensas



dificuldades, já começa a sentir o efeito de alguns alívios na área econômica.

Isso lhe permite alcançar algum êxito na negociação. Como, por exemplo, armar um acordo sobre informática que lhe deu solução próxima da desejada. Já no caso da Medida Provisória 296, quando rejeitou o que havia sido objeto de negociação, não teve força para chegar aonde queria. Aliás, já não se sabe bem, depois que os líderes falaram, o que queria, pois o debate teria revelado que melhor seria para ele perder do que ganhar. Já não tem, como no início, força para ditar política salarial. Mas também ainda não tem força suficiente para rejeitar o resultado de uma negociação.

É provável que mais adiante, se se confirmarem os prognósticos de uma estabilização financeira, com a retomada da atividade econômica, coisa de que há indícios crescentes, o governo Collor se reanime e reencontre seu prestígio junto à opinião pública e à massa de representantes, no Congresso. Tal coisa significaria a restauração da liderança que lhe veio das urnas mas que se dissipou na prática do governo.

A desorganização institucional com a carência de partidos que organizem a opinião e disciplinem a ação parlamentar teria sucedâneo supletivo na presença de um governo que deu certo. Collor continua na expectativa dessa reversão. Se os fatos a confirmarem e se em consequência se dissipar o apocalipse, as dificuldades que enfrenta hoje se atenuam ou desaparecem, fortalecendo-o para negociar e transigir sem perda da espinha dorsal de sua política. Uma coisa é ceder estando-se fraco e outra conciliar, estando-se forte.

O presidente já deu um passo importante para se compor com o Poder Judiciário quando renovou por dois anos o mandato do procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga. Foi um ato de poder confiante. Ele precisa ter condições de usar o mesmo estilo e o mesmo ânimo nas relações com o Poder Legislativo.